

# Texto para Discussão

## Série Economia

TD-E / 34 - 2002

**Avaliação dos Salários dos Professores da Rede  
Pública de Ensino Fundamental em Tempos de  
FUNDEF**

Prof. Dr. Francisco Anuatti-Neto

Prof. Dr. Reynaldo Fernandes

Elaine Toldo Pazello



**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade**  
**de Ribeirão Preto**

**Reitor da Universidade de São Paulo**  
Adolpho José Melfi

Diretor da FEARP/USP  
Marcos Cortez Campomar

Chefe do Departamento de Administração  
André Lucirton Costa

Chefe do Departamento de Contabilidade  
José Carlos Marion

Chefe do Departamento de Economia  
Rudinei Toneto Júnior

CONSELHO EDITORIAL

Comissão de Pesquisa da FEARP/USP

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade  
de Ribeirão Preto -USP  
Avenida dos Bandeirantes,3900  
14049-900 Ribeirão Preto – SP

*A série TEXTO PARA DISCUSSÃO tem como objetivo divulgar i) resultados de trabalhos em desenvolvimento na FEARP/USP; ii) outros trabalhos considerados de relevância dadas as linhas de pesquisa da instituição. A série foi subdividida em função das principais áreas de atuação da FEARP/USP: Economia, Administração e Contabilidade. Veja o site da CPP na Home Page da FEARP: [www.fearp.usp.br](http://www.fearp.usp.br). Informações: e-mail: [cpp@fearp.usp.br](mailto:cpp@fearp.usp.br)*

# Avaliação dos Salários dos Professores da Rede Pública de Ensino Fundamental em Tempos de FUNDEF #

Francisco Anuatti Neto\*  
Reynaldo Fernandes\*  
Elaine Toldo Pazello\*\*

## Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto do FUNDEF sobre os salários dos professores da rede pública de ensino fundamental. Os efeitos da implantação do FUNDEF são avaliados por meio da comparação das variações salariais dos professores diretamente afetados pelo programa com as variações salariais de três grupos de controle: professores da rede privada de ensino, empregados do setor privado e funcionários públicos não-professores. Os resultados apontam um impacto médio positivo sobre os salários dos professores da rede pública de ensino fundamental. Este impacto é diferenciado por regiões, sendo maior para os professores das redes municipais da região nordeste (entre 26,13% e 51,62%) e menor para os professores da rede estadual da região Sul (entre -10,78% e 0,8%). De modo geral, a implantação do FUNDEF tendeu a beneficiar mais os professores da rede municipal do que os da rede estadual; os professores das regiões mais pobres do que os das mais ricas; e os professores das menores cidades do que os dos grandes centros urbanos, funcionando como um mecanismo de redução da desigualdade de rendimentos entre os professores da rede pública de ensino fundamental.

## Abstract

This article aims to evaluate the impact of FUNDEF on elementary public school teachers' wages. To evaluate the effects of FUNDEF implementation on wages we compare wage differentials of elementary public school teachers with wage differentials of three control groups: private school teachers, private sector employees and civil servants. Results indicate average positive impacts on elementary public school teachers' wages. Impacts vary among regions and depend if the school is under municipal or state government. For northeast municipal schools wages increases from 26% to 51,62%, on the other hand, for south state schools wages may show decrease of 10,78% up to an increase of 0,8%. In general, FUNDEF seems to benefit poorer regions, smaller cities and seems to work as a way to reduce inequality among elementary public school teachers' wages.

**Palavras-Chave:** FUNDEF, Política Educacional, Diferencial de Salário, Professores.

**JEL:** I280 – Government Policy; J310 – Wage Differentials

---

# Este estudo foi inicialmente desenvolvido no âmbito do projeto “Pesquisa de Avaliação das Mudanças Qualitativas no Ensino Fundamental Resultantes de Recursos Oriundos do Fundef” - FIPE - contratado pelo FNDE – Ministério da Educação. A opinião aqui expressa é de total responsabilidade dos autores.

Os autores agradecem aos comentários do prof. José Affonso Mazzon e a Paulo Esteban Natenzon e Sabrina Provedel pela assistência dada a esta pesquisa.

\* Do departamento de Economia da FEA-RP/USP

\*\* Doutoranda em Economia pela FEA-USP.

## I. Introdução

Este estudo busca avaliar o impacto do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) sobre os salários dos professores do ensino fundamental. A estratégia adotada consiste em comparar a variação salarial dos professores das redes municipal e estadual de ensino fundamental (beneficiários em potencial do FUNDEF) com a variação salarial de outros grupos de trabalhadores. A variação salarial é computada para o período entre os anos de 1997 e 1999 – ano imediatamente anterior e imediatamente posterior à implementação do FUNDEF.

O aumento salarial dos professores, especialmente em regiões mais pobres, constitui-se em um dos principais objetivos do FUNDEF<sup>1</sup>. Uma avaliação desse impacto foi realizada pelo próprio Ministério da Educação (MEC, 2001). Num período onde a inflação foi de 12% (Dezembro de 1997 a Junho de 2000), essa avaliação aponta para um crescimento salarial de 25% para os professores da rede estadual e de 33% para os da rede municipal. Nessa avaliação, o ganho real de salários, estimado para o período, foi diretamente associado ao FUNDEF. A hipótese implícita em tal conclusão é que a variação real de salários dos professores seria zero na ausência do fundo. Nenhum grupo de comparação foi utilizado.

Em outro artigo, Barros *et alli* (2001) analisam o mercado de trabalho dos professores da rede pública de ensino. Eles concluem, dentre outros resultados, que no período entre os anos de 1995 e 1999, a remuneração relativa dos professores públicos do ensino fundamental melhorou significativamente em relação ao conjunto de trabalhadores no setor privado: 8% em relação aos professores da rede privada e 22% em relação aos demais empregados nesse setor. Um outro resultado do artigo é que o salário da rede municipal vem se aproximando do salário da rede estadual. As comparações acima são feitas com base em um professor modal: mulher, branca, 30 anos, 11 anos de estudo, vive na região sudeste e num município de grande porte. Ao adotar esse perfil modal o estudo passa a ter pouca relevância para a avaliação do FUNDEF<sup>2</sup>, pois é exatamente nos estados mais pobres e nas pequenas cidades que se espera um impacto mais importante do fundo.

Neste artigo procura-se ampliar o conhecimento dos possíveis impactos do FUNDEF sobre a remuneração dos professores da rede pública de ensino fundamental. A avaliação é realizada segundo grandes regiões, tamanho da cidade e tipo de rede (municipal ou estadual). O artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção realiza uma breve apresentação do FUNDEF. A seção três descreve os dados do artigo. A seção quatro discute a metodologia empregada. A quinta seção mostra os resultados encontrados. E, por fim, a sexta seção tece os comentários finais.

## II. O FUNDEF

A partir da Constituição Federal de 1988, estados, distrito federal e municípios, por um lado, e União, por outro, passaram a ser obrigados a vincular uma parcela de suas receitas de impostos e transferências (25% e 18%, respectivamente) na manutenção e desenvolvimento do ensino público. A distribuição dos recursos vinculados à educação deveria priorizar o atendimento das necessidades do ensino obrigatório (ensino fundamental).

Com esta nova legislação, o montante de recursos orçamentários destinado à educação provavelmente aumentou. Entretanto, a heterogeneidade entre as escolas públicas permaneceu elevada, a depender da capacidade de arrecadação e do tamanho da rede da esfera de governo à qual pertenciam. Além disso, não foram estabelecidos mecanismos reguladores capazes de assegurar a efetiva aplicação de tais recursos para as atividades de ensino. Assim, mesmo considerando a existência de vinculação constitucional, não se sabia ao certo o quanto de

---

<sup>1</sup> O que se espera, na realidade, é uma melhoria na qualidade do ensino público fundamental. A hipótese é que a qualidade é positivamente associada à remuneração dos professores.

<sup>2</sup> O que, aliás, não é a preocupação dos autores.

recursos o setor público realmente aplicava no ensino fundamental e nem a eficiência com que tais gastos eram realizados<sup>3</sup>.

O FUNDEF tem por objetivo promover uma mudança na estrutura de distribuição dos recursos do ensino fundamental. A partir da data de sua implementação<sup>4</sup>, e por um período de dez anos, os municípios e estados ficaram obrigados a gastar 60% dos seus recursos destinados à educação (ou seja, 15% da receita resultante de impostos e transferências) exclusivamente com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Mas, agora, diferentemente de antes, estes recursos irão inicialmente para um fundo criado no âmbito de cada um dos estados e distrito federal. Só depois da contribuição de todos, a distribuição dos recursos é realizada entre o estado e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino fundamental.

Do total de recursos recebidos do fundo, 60%, no mínimo, devem ser utilizados para pagamentos de salário de professores do magistério. Além disso, existe um valor mínimo nacional de gasto por aluno, a ser fixado pela União, que deve ser atendido no âmbito de cada estado. Quando este valor mínimo não é atingido, a União se responsabiliza pela complementação dos recursos.

Desta forma, o FUNDEF promove três formas de transferências de recursos: a) da União para os Estados mais pobres; b) entre as esferas de governo (municipal e estadual); e c) entre os municípios. No item (b), em geral, os governos estaduais tendem a ter recebimentos líquidos positivos em estados onde as redes municipais são pequenas e, negativos, onde as redes municipais são dominantes. Por outro lado, no item (c) as transferências tendem a ser dos municípios mais ricos para os mais pobres<sup>5</sup>.

Embora o FUNDEF tenha objetivos múltiplos, este trabalho avaliará apenas seu impacto sobre o salário dos professores. Note que, desconsiderando as transferências da União, os ganhos de recursos de uma rede de ensino (municipal ou estadual) ocorrem às custas de outras. Assim, não há porque esperar que o FUNDEF gere ganhos de salários para todos os professores da rede pública de ensino fundamental, embora a exigência de que 60% dos recursos do fundo sejam aplicados em salários possa ser um elemento que contribua nesse sentido. É possível que professores pertencentes às redes perdedoras de recursos e que já gastavam a maior parte dos recursos vinculados à educação com salários, sofram perdas (absolutas ou relativas) com a implementação do FUNDEF.

### **III. Análise Descritiva**

Os procedimentos empíricos do artigo foram realizados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa abrange todas as regiões do país, com exceção da área rural da região norte. São entrevistados, anualmente, cerca de 360.000 indivíduos, o que corresponde a, aproximadamente, 115.000 domicílios. Nesta base existem dados detalhados acerca das características do trabalho principal de todos os indivíduos nas famílias, como por exemplo, salário, horas trabalhadas, tipo de ocupação<sup>6</sup>, setor de atividade (público ou privada), esfera do governo (no caso do indivíduo trabalhar no setor público),

---

<sup>3</sup> Por exemplo, municípios ricos e/ou com uma pequena rede de ensino municipal acabavam por utilizar os recursos vinculados à educação para itens não prioritários e/ou não diretamente ligados a educação: construção de ginásios de esporte, pavimentação de ruas etc. Ver a este respeito MEC (2001) e Castro (1998).

<sup>4</sup> O FUNDEF foi implantado nacionalmente no dia 1º de janeiro de 1998.

<sup>5</sup> Entretanto, isso nem sempre é verdade. Primeiro, é importante distinguir entre recursos gastos em educação no município e recursos gastos em educação pelo governo municipal. Note que um município pobre com uma rede municipal muito pequena tenderia a perder recursos caso localizado em estados onde o governo estadual é um perdedor líquido de recursos. Isto porque os recursos destinados à educação tenderiam a se reduzir tanto nas escolas municipais como nas estaduais localizadas no município.

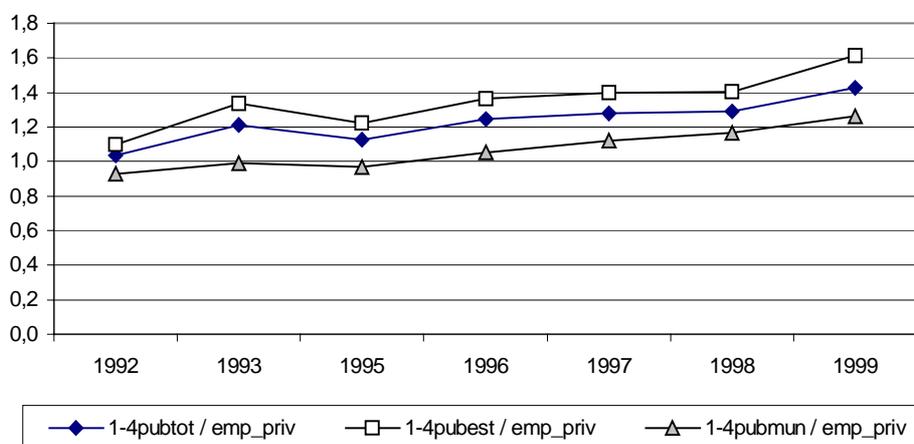
<sup>6</sup> No caso do indivíduo ser professor, é possível saber em quais séries ele ensina, ou seja, se é professor de 1 a 4ª série, de 5 a 8ª ou se é professor do ensino médio.

número de meses que o trabalhador está no emprego etc. Além disso, dispõe de informações acerca das características pessoais do indivíduo: gênero, idade, escolaridade etc.

A estratégia utilizada neste artigo para avaliar o FUNDEF consiste em comparar a variação salarial dos professores da rede pública de ensino fundamental com a variação salarial de outros grupos de trabalhadores, entre os anos de 1997 e 1999. A metodologia empregada para o cálculo destes diferenciais é apresentada na seção seguinte. Mas, antes disso, é interessante observar o comportamento dos salários relativos dos professores da rede pública de ensino fundamental ao longo da década. Este exercício permite uma primeira avaliação dos efeitos do fundo sobre os salários destes professores. Nos gráficos seguintes apresenta-se a evolução dos salários relativos dos professores da rede pública do ensino fundamental ao longo da década de 90. Os grupos de comparação utilizados são: empregados do setor privado, funcionários públicos (excluídos professores) e professores da rede privada de ensino fundamental<sup>7</sup>.

Quando o grupo de comparação é o dos empregados do setor privado (gráficos 1 e 2), os salários-hora relativos dos professores do ensino fundamental são quase sempre superiores, sendo que este diferencial aumenta entre 1998 e 1999, uma possível evidência dos efeitos positivos do FUNDEF. Para os professores de 1 a 4ª existe uma diferença de nível de salário-hora entre as redes públicas de ensino (estadual e municipal), o que não ocorre no caso dos professores de 5 a 8ª. Para o primeiro grupo, o salário-hora relativo observado na rede estadual é superior ao verificado na rede municipal. Uma possível explicação é que a rede municipal de 1 a 4ª série é super representada por pequenos municípios, os quais tendem a pagar menores salários<sup>8</sup>.

**Gráfico 1**  
**Salário-hora dos professores de 1 a 4ª série vis a vis empregados do setor privado**

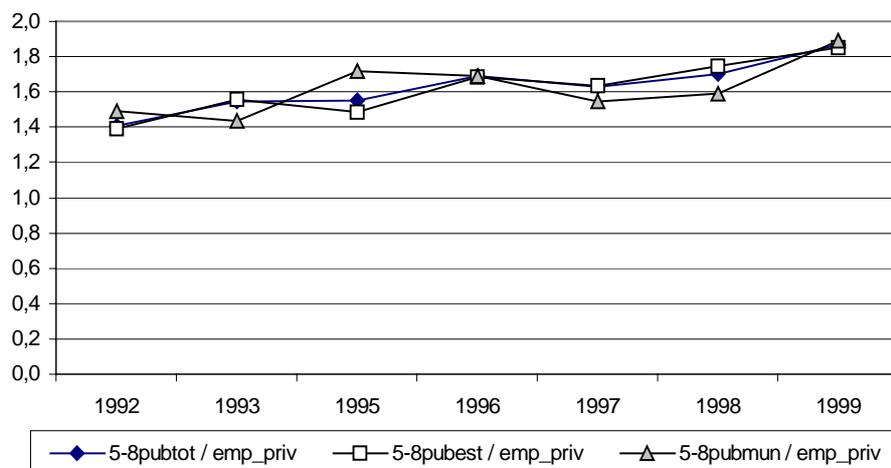


<sup>7</sup> As razões que explicam a escolha por estes grupos serão discutidas na próxima seção.

<sup>8</sup> Ver tabela A1, no apêndice. Esta tabela apresenta a distribuição regional dos professores do ensino fundamental. Os dados são apresentados separadamente para professores de 1 a 4ª e de 5 a 8ª.

**Gráfico 2**

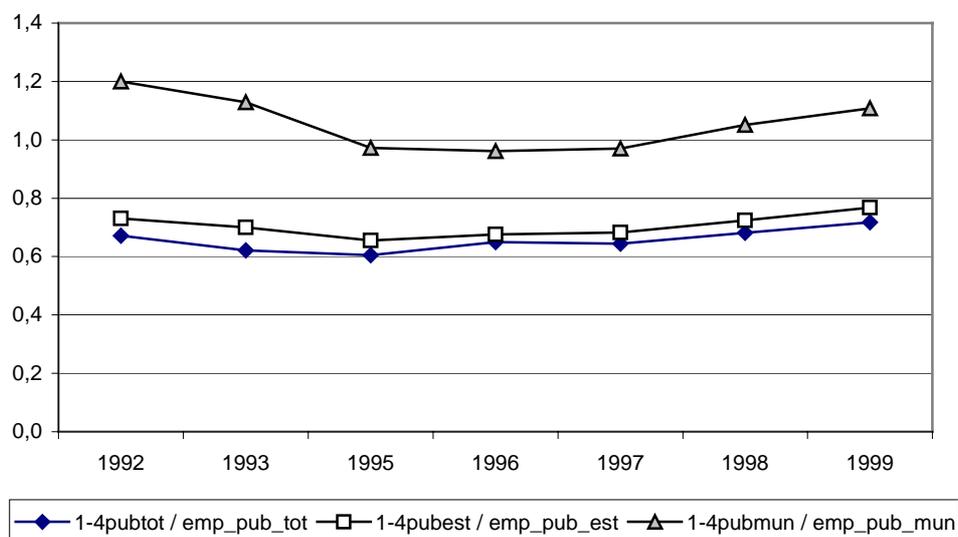
**Salário-hora dos professores de 5 a 8ª série *vis a vis* empregados do setor privado**



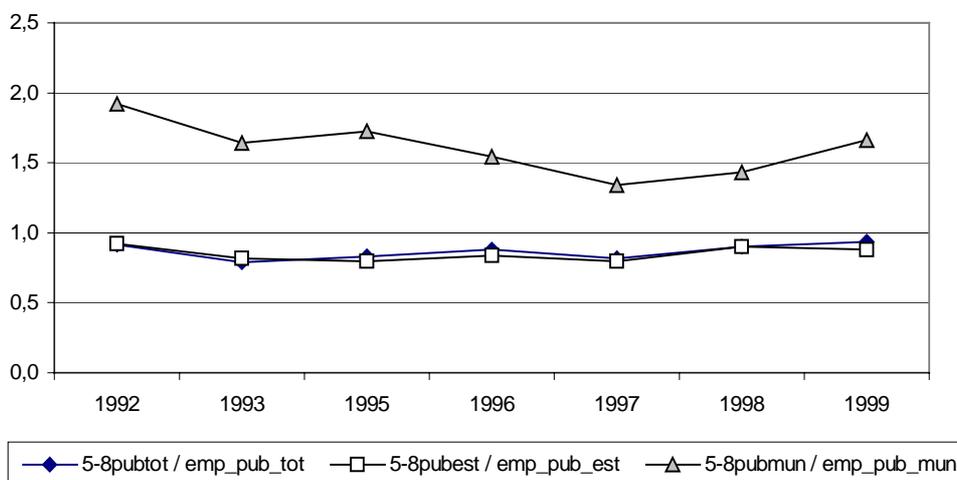
Nos gráficos 3 e 4, o grupo de comparação é o de funcionários públicos, exclusive professores. Neste caso, o denominador na razão salarial é diferente em se tratando dos professores da rede municipal ou da estadual: para os professores da rede municipal utiliza-se como grupo de comparação os funcionários públicos municipais e para os da rede estadual, utiliza-se como grupo de comparação os funcionários públicos estaduais. É por esta razão que agora os salários relativos dos professores municipais são maiores do que dos professores estaduais. As análises, neste caso, para os professores de 1 a 4ª (gráfico 3) e de 5 a 8ª (gráfico 4) são bastante parecidas. Para os professores da rede municipal, o salário-hora relativo diminui em relação aos dos funcionários públicos em meados da década, mas volta a crescer a partir de 1998, indicando, mais uma vez, uma evidência favorável aos efeitos do FUNDEF sobre os salários dos professores. Por outro lado, para os professores da rede estadual, a razão entre o salário-hora destes e o do funcionalismo estadual, sempre menor do que um, não apresenta grandes flutuações ao longo da década.

**Gráfico 3**

**Salário-hora dos professores de 1 a 4ª série *vis a vis* funcionários públicos**

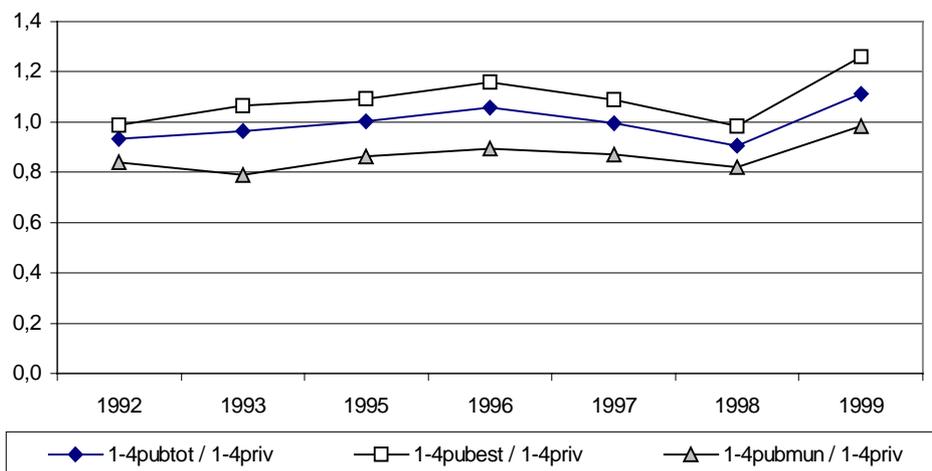


**Gráfico 4**  
**Salário-hora dos professores de 5 a 8ª série vis a vis funcionários públicos**

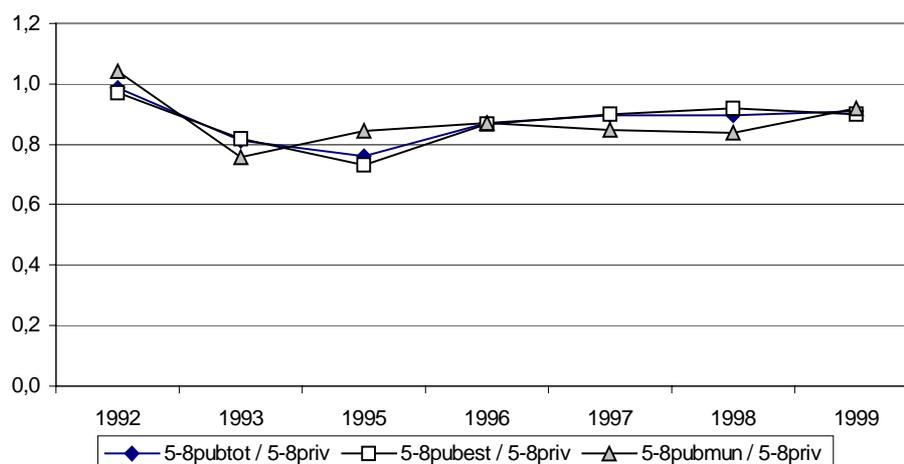


Por fim, comparativamente aos professores da rede privada (gráficos 5 e 6), apenas os professores estaduais de 1 a 4ª ganham mais por hora trabalhada. A relação para ambos os grupos (1 a 4ª e 5 a 8ª) permanece relativamente constante ao longo da década, até 1997. Entre 1998 e 1999, há um aumento no salário-hora relativo dos professores de 1 a 4ª série, nas duas redes (municipal e estadual). Para os professores de 5 a 8ª, este aumento só se verifica para os professores da rede municipal.

**Gráfico 5**  
**Salário-hora dos professores de 1 a 4ª série vis a vis professores da rede privada**



**Gráfico 6**  
**Salário-hora dos professores de 5 a 8ª série vis a vis professores da rede privada**



A análise descritiva realizada nesta seção mostrou evidências de um possível impacto positivo do FUNDEF sobre os salários dos professores da rede pública de ensino fundamental. Em quase todos os gráficos percebeu-se um aumento da razão salarial, entre os anos de 1998 e 1999, dos professores da rede pública frente aos outros grupos de trabalhadores. As exceções ficaram por conta dos professores de 5 a 8ª série da rede estadual, para os quais o salário relativo, frente aos funcionários públicos e professores da rede privada, permaneceu constante entre os respectivos anos de interesse. No entanto, esta variação ‘bruta’ do salário relativo pode estar captando diversos fatores que afetam o salário, que não o FUNDEF. A seção seguinte apresenta a metodologia que foi empregada na tentativa de se isolar apenas a variação dos salários dos professores públicos que é devida ao FUNDEF.

#### IV. Metodologia

Como colocado, o objetivo desse artigo é avaliar o impacto do FUNDEF sobre o salário dos professores da rede pública de ensino fundamental. A pergunta a ser respondida é: quanto da variação salarial observada para os professores deveu-se ao FUNDEF. Assim, a comparação contra-factual de interesse é entre a variação salarial dos professores em duas situações distintas: no caso do FUNDEF estar presente e no caso do FUNDEF não estar presente. O problema é que não é possível observar para o mesmo indivíduo as duas situações simultaneamente. A estratégia, portanto, é eleger um grupo de comparação que represente a variação de salário dos professores, no período do FUNDEF, caso o mesmo não tivesse existido.

Seja  $dY_{1i}$  a variação do salário do professor  $i$ , entre o período imediatamente posterior e imediatamente anterior ao FUNDEF e  $dY_{0i}$  a variação que seria observada caso o fundo não tivesse existido. Assim, o efeito do FUNDEF sobre o professor  $i$  é  $\pi_i = dY_{1i} - dY_{0i}$  e o impacto médio do FUNDEF sobre os professores é  $\Pi = E[dY_{1i} - dY_{0i} | D_i = 1]$ , onde  $D_i = 1$  se o indivíduo  $i$  é um professor da rede pública de ensino fundamental e  $D_i = 0$  caso contrário. Entretanto, como não é possível verificar os professores nas duas situações, a estratégia usual consiste em escolher um grupo de comparação e, assim, estimar:

$$E[dY_{1i}|D_i=1] - E[dY_{0i}|D_i=0] = \Pi + \{E[dY_{0i}|D_i=1] - E[dY_{0i}|D_i=0]\} \quad (1)$$

O último termo do lado direito de (1) é uma medida do viés existente pelo fato de que a variação de salário dos indivíduos do grupo de comparação não corresponde à variação de salário que os professores da rede pública de ensino fundamental teriam, na situação de não ter existido o FUNDEF. De outro modo, para identificar  $\Pi$  através de um grupo de controle, seria necessário garantir que  $E[dY_{0i}|D_i=1] - E[dY_{0i}|D_i=0] = 0$ . Assim, a questão chave nesta metodologia é a escolha do grupo de comparação, que pode ser um grupo existente ou um “construído”.

Na verdade, esta metodologia já foi de certa forma empregada na seção anterior, onde foram utilizados três grupos de comparação: professores da rede privada, empregados do setor privado e demais funcionários públicos. O grupo de comparação ideal seria um cuja dinâmica salarial fosse similar à dos professores da rede pública de ensino fundamental, mas que não tivesse sido afetado pelo FUNDEF. No entanto, é questionável que tais condições estejam atendidas para os grupos de comparação acima<sup>9</sup>. No caso dos professores da rede privada – que, em princípio, seria um grupo parecido ao dos professores da rede pública – pode-se questionar a hipótese de que a dinâmica de seus salários não tenha sido afetada pelo FUNDEF. Isto porque alterações nas condições de trabalho dos professores públicos devem afetar o mercado privado de professores. No caso do grupo composto por todos os empregados do setor privado, a hipótese que a dinâmica de salários é independente do FUNDEF é razoável. O problema aqui é que as características dos grupos, no que se refere ao comportamento temporal dos salários, podem ser muito divergentes. O grupo dos funcionários públicos, exclusive professores, seria o caso intermediário. Embora, a dinâmica salarial deste grupo, quando comparada a do setor privado, seja mais parecida com a dos professores da rede pública de ensino, a hipótese de que a dinâmica salarial deste grupo não tenha sido afetada pelo FUNDEF é mais questionável.

Embora estes grupos de comparação não sejam perfeitos, eles serviram de base para a ‘construção’ dos grupos de controle utilizados neste trabalho. A idéia foi avaliar a dinâmica salarial dos professores, no caso dos mesmos estarem empregados em cada um destes setores. Existem três fontes possíveis para a variação da razão salarial entre o grupo de interesse e o grupo de comparação: i) mudanças na distribuição dos atributos produtivos entre os grupos; ii) mudanças nos preços relativos dos atributos; e iii) mudanças nos preços relativos dos mesmos atributos entre os diversos setores. O procedimento aqui adotado busca controlar os dois primeiros elementos. As mudanças na terceira fonte são identificadas como efeito FUNDEF. Mais formalmente temos:

$$y = \beta X + \varepsilon \quad (2)$$

uma relação entre o logaritmo do salário-hora  $y$  e vários atributos  $X$  (idade, escolaridade, etc.) que influenciam a produtividade do trabalhador. Os coeficientes  $\beta$ , nesta equação, podem ser entendidos como sendo os preços implícitos de cada um dos atributos.

Seguindo este modelo, adotou-se o seguinte procedimento: primeiramente, tais preços foram estimados para os grupos de comparação (empregados do setor privado, funcionários públicos e professores da rede privada); em seguida, imputou-se aos professores da rede pública do ensino fundamental (grupo de interesse) os rendimentos que teriam caso seus

<sup>9</sup> Veja tabela A2 no apêndice. Como é possível observar os atributos produtivos dos indivíduos nos diversos grupos são bastante distintos.

atributos produtivos fossem remunerados com os mesmos preços implícitos dos grupos de comparação.

Assim, temos

$$y_i = \beta_i X_i \quad (i = 0, 1, 2 \text{ e } 3) \quad (3)$$

onde  $i = 0$  refere-se ao grupo de tratamento (professores da rede pública de ensino fundamental) e  $i = 1, 2$  e  $3$  referem-se aos grupos de controle: empregados do setor privado, demais funcionários públicos e professores da rede privada, respectivamente. Valorando-se os atributos dos indivíduos do grupo de interesse aos preços dos grupos de controle, obtém-se

$$y_{10} = \beta_1 X_0 \quad (4)$$

$$y_{20} = \beta_2 X_0 \quad (5)$$

$$y_{30} = \beta_3 X_0 \quad (6)$$

onde  $y_{i0}$  ( $i = 1, 2$  e  $3$ ) é logaritmo do salário-hora que os professores da rede pública esperariam receber caso fossem empregados no setor  $i$ .

As regressões em (3) foram estimadas para 1997 e 1999, anos anterior e posterior ao FUNDEF, respectivamente. Para 1997, o procedimento segue tal qual como foi descrito anteriormente. Assim, obteve-se:  $y_0^{97}$ ,  $y_{10}^{97}$ ,  $y_{20}^{97}$  e  $y_{30}^{97}$ .

Porém, para 1999, os preços implícitos estimados foram imputados nos indivíduos pertencentes ao grupo de interesse observados em 1997. Isto significa que o salário-hora foi estimado para as pessoas de 1997, mas aos preços de 1999. Isto porque, como colocado anteriormente, se as pessoas fossem diferentes, aumentos salariais verificados entre 97 e 99 poderiam estar refletindo mudanças nas características dos professores e não o impacto do FUNDEF. Desta forma:

$$y_0^{99} = \beta_0^{99} X_0^{97} \quad (7)$$

$$y_{10}^{99} = \beta_1^{99} X_0^{97} \quad (8)$$

$$y_{20}^{99} = \beta_2^{99} X_0^{97} \quad (9)$$

$$y_{30}^{99} = \beta_3^{99} X_0^{97} \quad (10)$$

Assim, o diferencial  $[y_0^{99} - y_0^{97}]$  foi comparado com os diferenciais estimados para os três grupos de comparação  $[y_{10}^{99} - y_{10}^{97}]$ ,  $[y_{20}^{99} - y_{20}^{97}]$  e  $[y_{30}^{99} - y_{30}^{97}]$ .

O vetor de características  $X$  utilizado nas regressões foi formado pelas seguintes variáveis: gênero (*dummy* com valor 1 se o indivíduo era homem); idade (variável contínua); quadrado da idade (variável contínua); anos de estudo (variável contínua); tempo de permanência no emprego (variável contínua medida em meses); quatro *dummies* para as macro-regiões (referência é a macro região sudeste); e, duas *dummies* para “porte” dos municípios (referência é o grupo dos municípios não metropolitanos e não auto-representativos)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup>A PNAD classifica os municípios em duas categorias: auto-representativos (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativos. Os municípios não auto-representativos são, de modo geral, os menores municípios. Buscando incorporar o porte do município na análise, este estudo classificou os municípios em três categorias: metropolitanos; não metropolitanos e auto-representativos; e não metropolitanos e não auto-representativos.

## V. Resultados

### V.1 Brasil Urbano

A Tabela 1 a seguir apresenta os resultados para os professores de 1 a 4ª série, para o Brasil Urbano. Como pode ser observado, o aumento salarial obtido pelos professores da rede pública municipal, entre os anos de 1997 e 1999, foi muito superior ao que eles teriam obtido se estivessem empregados em qualquer outra das ocupações, em torno de 30%. Para os professores da rede estadual, o aumento salarial foi relativamente inferior (16%) ao dos professores municipais, embora seja superior ao que esses professores teriam obtido nas outras ocupações. Como já mencionado, a concentração dos professores de 1 a 4ª da rede municipal nos municípios pequenos e mais pobres pode estar explicando os resultados.

**Tabela 1**  
**Salário-Hora dos Professores de 1 a 4ª nas Ocupações Compatíveis - Brasil Urbano**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variacão (%)	Nº de Observ.	Salário-hora Médio (R\$)		Variacão (%)	Nº de Obser.
	1997	1999		(1997)	1997	1999		v.
Prof. Rede Pública	9,43	12,25	29,93	569	13,17	15,26	15,92	732
Empr. Setor Privado	9,92	9,91	0,00	49700	12,81	12,83	0,15	49700
Prof. Rede Privada	11,98	12,97	8,30	354	15,43	17,09	10,79	354
Func. Público	9,93	10,50	5,77	4536	15,04	16,15	7,35	5736

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Os aumentos salariais obtidos pelos professores de 5 a 8ª (Tabela 2) são inferiores aos obtidos pelos professores de 1 a 4ª. Na rede municipal, o aumento salarial entre 1997 e 1999 foi de 25% e, na rede estadual de 14%. No caso da rede municipal, o ganho salarial obtido foi superior ao que esses professores esperariam obter caso estivessem ocupados em qualquer outra ocupação; mas, no caso da rede estadual, o ganho esperado de salário teria sido maior caso esses professores lecionassem na rede privada de ensino.

Os resultados encontrados para o Brasil Urbano são compatíveis com os dados apresentados pelo MEC, 2001<sup>11</sup>. Segundo este estudo, em média, os governos estaduais estão

<sup>11</sup> Neste estudo é apresentado um demonstrativo do impacto financeiro do FUNDEF por estados, regiões e esferas de governo, nos anos de 1998, 1999 e 2000 (previsão), bem como a distribuição das matrículas do ensino fundamental entre as esferas de governo. Nesta seção são exploradas as informações sobre o impacto financeiro do FUNDEF relativas ao ano de 1999 e sobre a distribuição das matrículas relativas a 1998, visto que a distribuição dos recursos do fundo em um dado ano é feita segundo o número de matrículas do ano anterior. A tabela A3 no apêndice reproduz os dados apresentados neste estudo do MEC para as macro-regiões e Brasil.

transferindo recursos para os governos municipais, uma possível explicação para o maior aumento salarial verificado para os professores da rede municipal de ensino. A combinação desta informação, com o fato dos professores de 1 a 4ª da rede municipal serem super representados nos municípios pequenos e mais pobres, poderia, por outro lado, estar explicando o resultado encontrado de um aumento salarial superior para os professores de 1 a 4ª série quando comparados aos professores de 5 a 8ª série.

**Tabela 2**  
**Salário-Hora dos Professores de 5 a 8ª nas Ocupações Compatíveis - Brasil Urbano**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.
	1997	1999		(1997)	1997	1999		(1997)
Prof. Rede Pública	13,16	16,44	24,91	196	15,25	17,45	14,41	445
Empr. Setor Privado	13,18	13,16	-0,19	49700	15,31	15,32	0,09	49700
Prof. Rede Privada	16,91	18,89	11,74	136	18,35	21,15	15,30	136
Func. Publico	13,45	13,96	3,79	4536	18,38	19,79	7,67	5736

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Um ponto importante desta análise que merece destaque é a aproximação dos salários dos professores da rede municipal dos salários dos professores da rede estadual. As diferenças salariais entre estas duas redes que eram de 40 e 16%, respectivamente para os professores de 1 a 4ª e de 5 a 8ª, passam a ser de 16 e 6%. Este resultado de homogeneização dos salários entre as redes públicas de ensino fundamental também foi verificado no estudo de Barros *et alli* (2001).

#### 4. 2 Macro-Regiões

Devido ao tamanho limitado da amostra, optou-se nesta e na próxima subseção em não separar os professores nos grupos de 1 a 4ª e 5 a 8ª. Isto é, trabalha-se com todos os professores do ensino fundamental. Para a diferenciação destes grupos nas regressões de salário<sup>12</sup>, utilizou-se uma variável *dummy* que tinha valor 1 se o indivíduo era professor da 1 a 4ª série. As tabelas 3, 4, 5 e 6 apresentam os resultados para as macro-regiões<sup>13</sup>.

Nas macro-regiões ‘norte e centro-oeste’ (tabela 3), o aumento salarial para os professores municipais e estaduais foi muito próximo, 26 e 24%, respectivamente. Este aumento é muito superior ao aumento que esses professores esperariam obter caso estivessem empregados em qualquer outra ocupação.

<sup>12</sup> É importante deixar claro, que as regressões de salário são estimadas novamente, separadamente para cada uma das macro-regiões.

<sup>13</sup> As macro-regiões norte e centro-oeste foram analisadas conjuntamente, novamente, devido a problemas de representatividade amostral.

Embora os aumentos salariais sejam bastante próximos nas duas redes, nessas duas regiões, o governo estadual, em média, está perdendo recursos para o governo municipal. Isto acontece mesmo sendo a rede estadual, nas duas regiões, a principal responsável pelas matrículas do ensino fundamental<sup>14</sup>. Esta situação, muito provavelmente, decorre da baixa contribuição das esferas municipais destas regiões ao fundo. O estado do Pará é a grande exceção. O governo estadual, como nas outras regiões, também está perdendo recursos para o governo municipal. Mas, neste caso a rede municipal é a que predomina. Neste estado o valor mínimo de gasto por aluno não foi atendido e houve complemento por parte da União<sup>15</sup>. Nestas regiões, a diferença salarial entre as redes públicas permaneceu significativa: em torno de 40% a favor dos professores estaduais.

**Tabela 3**  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis Região**  
**‘Norte e Centro Oeste’**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.
	1997	1999	(%)	(1997)	1997	1999	(%)	(1997)
Prof. Rede Pública	8,89	11,18	25,73	127	12,42	15,44	24,32	330
Empr. Setor Privado	9,44	8,95	-5,23	8196	11,50	10,82	-5,91	8196
Prof. Rede Privada	12,82	12,87	0,38	83	13,79	15,40	11,63	83
Func. Publico	9,01	10,19	13,04	866	15,15	15,92	5,07	1632

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Para a região nordeste (tabela 4), o quadro é bastante animador para os professores da rede municipal de ensino, que obtiveram aumento de mais de 50%. Para os professores da rede estadual, o aumento salarial foi bem menor (19%), inclusive inferior ao que esses professores esperariam obter caso estivessem lecionando na rede privada de ensino. Nesta região, há complementação de recursos da União no âmbito de quase todos os estados, com exceção do Rio Grande do Norte e Sergipe<sup>16</sup>. A transferência de recursos entre as esferas de governo, como esperado, é do estado em direção ao município, coerente com o fato de que 62% dos alunos do ensino fundamental estão matriculados em escolas da rede municipal de ensino<sup>17</sup>. O aumento significativo de salários na rede municipal nesta região fez com que a diferença de salários entre as redes públicas diminuísse em 55%: passou de 67% em 1997, a favor dos professores da rede estadual, para 30% em 1999.

<sup>14</sup> O estado de Roraima é o único caso aonde o governo estadual recebe recursos líquidos do fundo. Neste estado, a rede estadual atende cerca de 95% dos alunos do ensino fundamental. Ver MEC, 2001.

<sup>15</sup> Sobre os dados de impacto financeiro e distribuição das matrículas ao nível dos estados, ver MEC, 2001.

<sup>16</sup> Ver MEC, 2001.

<sup>17</sup> Ver Tabela A3, no Apêndice.

**Tabela 4**  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis - Região Nordeste**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)
Prof. Rede Pública	6,46	9,82	52,00	268	10,76	12,81	19,10	288
Empr. Setor Privado	7,17	7,20	0,38	11098	10,53	10,61	0,77	11098
Prof. Rede Privada	7,94	10,00	25,87	208	11,35	16,06	41,54	208
Func. Publico	7,34	8,04	9,44	1359	12,87	14,11	9,62	1559

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Na região sudeste (tabela 5), os aumentos salariais obtidos pelos professores nas redes municipal e estadual foram bastante próximos e, embora sejam inferiores ao observado para o Brasil Urbano, são superiores aos aumentos estimados para as outras ocupações. Nesta região, tem-se de um lado, os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, aonde as transferências líquidas entre as esferas de governo mostraram-se pouco significativas e, de outro, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, aonde as transferências líquidas são bastante importantes. No Rio de Janeiro a rede é predominantemente municipal: neste estado, da contribuição total feita pelo governo estadual ao fundo, cerca de 50% foi transferida para os governos municipais. Por outro lado, no estado de São Paulo é a rede estadual a que predomina: neste estado, do total de recursos que os governos municipais contribuíram para o fundo, 30% foi transferido para o governo estadual<sup>18</sup>. Estes quadros estaduais bastantes distintos que caracterizam a macro-região podem estar explicando o fato de ter-se encontrado aumentos salariais bastante próximos entre as redes de ensino. Nesta região a diferença salarial entre as redes públicas de ensino fundamental é relativamente pequena frente às outras macro-regiões e permaneceu praticamente constante entre os dois anos.

<sup>18</sup> Ver MEC, 2001.

**Tabela 5**  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis - Região Sudeste**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ.
	1997	1999	(%)	(1997)	1997	1999	(%)	(1997)
Prof. Rede Pública	15,81	17,58	11,17	212	16,96	19,04	12,30	405
Empr. Setor Privado	15,36	15,77	2,67	20560	16,28	16,88	3,67	20560
Prof. Rede Privada	19,22	18,47	-3,90	139	20,51	20,21	-1,45	139
Func. Publico	15,35	15,57	1,42	1538	17,70	19,10	7,90	1759

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Em relação à região sul (tabela 6), os resultados obtidos em termos de aumentos salariais foram bastante distintos nas duas redes. Se por um lado, na rede municipal, os professores tiveram aumentos salariais da ordem de 14%, superior ao que eles esperariam obter caso estivessem empregados nas outras ocupações, na rede estadual, por outro lado, os professores, praticamente, não tiveram qualquer aumento salarial no período analisado. Nesta região, segundo os dados do MEC (2001), a esfera de governo estadual transferiu recursos para a municipal<sup>19</sup>. Nesta região, o governo estadual responde por 56% das matrículas do ensino fundamental.

O aumento salarial verificado para os professores da rede pública municipal nesta região fez com que os salários das duas redes públicas se tornassem muito próximos: a diferença salarial entre os professores municipais e estaduais que era de 19% em 1997 passa a ser de apenas 4,5%, novamente a favor dos professores estaduais.

<sup>19</sup> O governo estadual transferiu 12% de sua contribuição ao fundo aos governos municipais.

Tabela 6  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis - Região Sul**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)
Prof. Rede Pública	14,33	16,36	14,20	150	17,00	17,08	0,52	142
Empr. Setor Privado	14,04	13,90	-0,98	9846	19,57	19,51	-0,28	9846
Prof. Rede Privada	19,86	21,42	7,87	55	26,04	28,99	11,30	55
Func. Publico	14,86	14,73	-0,87	773	22,85	25,10	9,85	786

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Em suma, embora se observe que o FUNDEF tenha tido um impacto importante sobre o salário dos professores, ele foi diferenciado entre as macro-regiões e entre as redes de ensino. A aproximação dos salários entre as redes públicas de ensino, que já tinha sido identificada a nível nacional, foi muito significativa nas macro-regiões nordeste e sul.

#### IV. 3 Agregação por porte do município

Por fim, a análise segundo porte dos municípios. As tabelas 7, 8 e 9 apresentam os resultados para cada uma das agregações trabalhadas<sup>20</sup>.

Tabela 7  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis - Região Metropolitana**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)	Salário-hora Médio (R\$) 1997	Salário-hora Médio (R\$) 1999	Variação (%)	Nº de Observ. (1997)
Prof. Rede Pública	14,22	16,10	13,20	256	17,05	18,54	8,76	319
Empr. Setor Privado	14,91	14,94	0,23	26443	17,79	17,78	-0,05	26443
Prof. Rede Privada	17,17	17,45	1,62	273	20,69	21,08	1,88	273
Func. Publico	14,42	15,13	4,87	1360	21,16	21,93	3,65	2907

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

<sup>20</sup> Mais uma vez, as regressões de salário são re-estimadas, separadamente, para cada uma das agregações.

**Tabela 8**  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis**  
**Municípios Auto-Representativos**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ. (1997)	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ. (1997)
	1997	1999			1997	1999		
Prof. Rede Pública	12,81	15,67	22,37	154	13,97	16,50	18,11	268
Empr. Setor Privado	13,12	12,75	-2,88	11462	14,39	14,02	-2,56	11462
Prof. Rede Privada	14,69	15,91	8,32	125	14,49	17,98	24,09	125
Func. Publico	13,47	14,39	6,81	891	16,56	17,86	7,88	1492

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

**Tabela 9**  
**Salário-Hora dos Professores nas Ocupações Compatíveis**  
**Municípios Não Auto-Representativos**

Grupos	Municipal				Estadual			
	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ. (1997)	Salário-hora Médio (R\$)		Variação (%)	Nº de Observ. (1997)
	1997	1999			1997	1999		
Prof. Rede Pública	7,32	10,62	45,22	347	12,34	14,63	18,54	578
Empr. Setor Privado	6,96	6,98	0,25	11795	10,10	10,15	0,43	11795
Prof. Rede Privada	9,86	11,16	13,17	87	14,92	16,39	9,87	87
Func. Publico	7,72	8,24	6,68	2285	13,22	14,28	7,99	1337

Fonte: Base PNAD, 1997 e 1999, IBGE. Elaboração dos autores.

Como pode ser observado nas tabelas acima, nas três agregações, o aumento salarial obtido pelos professores municipais mostrou-se superior ao observado para os professores estaduais: 13%, 22% e 45% *vis a vis* 9%, 18% e 18,5%, respectivamente, nos municípios metropolitanos, auto-representativos e não auto-representativos. Como esperado, a análise por porte dos municípios mostrou que o FUNDEF foi mais importante para os pequenos municípios.

Em relação à questão da homogeneização salarial entre as redes públicas de ensino, observou-se que embora, a diferença salarial entre os professores das redes públicas tenha diminuído, as magnitudes destas diferenças salariais são completamente distintas nas três agregações de municípios. A menor diferença relativa de salários entre as redes públicas foi observada para o conjunto dos municípios auto-representativos. Nesses municípios a diferença salarial entre as redes públicas de ensino era de 9%, em 1997, e caiu para 5%, em 1999, a favor dos professores estaduais. Os municípios da região metropolitana estão na situação intermediária. A diferença salarial entre as redes públicas de ensino, em 1997, era de 20% - a favor dos professores estaduais - caiu em 1999, mas ainda permaneceu relativamente alta - em torno de 15%. Por fim, o caso dos municípios não auto-representativos. Nestes municípios, a diferença relativa de salários entre os professores públicos que era de quase 70%, em 1997, caiu para 38%, em 1999 (a favor dos professores da rede estadual).

Novamente, pode-se concluir que o FUNDEF teve um impacto importante mas diferenciado entre os municípios de diferentes portes.

## **V. Comentários Finais**

O objetivo deste trabalho foi analisar o impacto do FUNDEF sobre os salários dos professores da rede pública de ensino fundamental. A comparação contra-factual de interesse era entre a variação salarial dos professores em duas situações distintas: caso o FUNDEF estivesse presente e caso o FUNDEF não estivesse presente. O problema é que não é possível observar para o mesmo indivíduo as duas situações simultaneamente. A estratégia então adotada foi a de eleger um grupo de comparação que representasse a variação de salário dos professores, no período do FUNDEF, caso o mesmo não tivesse existido. Três grupos serviram de base para a ‘construção’ dos grupos de controle utilizados neste trabalho. Foram eles: professores da rede privada de ensino, empregados do setor privado e funcionários públicos não-professores.

Os resultados apontam que, em média, o FUNDEF teve um impacto positivo sobre os salários dos professores da rede pública de ensino fundamental. Entretanto, este impacto é diferenciado segundo esferas de governo, regiões e porte dos municípios. As maiores estimativas do “efeito” FUNDEF foram obtidas para os professores da rede municipal da região nordeste (entre 26,13% e 51,62%) e as menores para os professores da rede estadual da região Sul (entre -10,78% e 0,8%). De modo geral, o FUNDEF tende a beneficiar mais os professores da rede municipal do que os da rede estadual; os professores das regiões mais pobres do que os das mais ricas; e os professores das menores cidades do que os dos grandes centros urbanos.

Em suma, o FUNDEF parece funcionar como um mecanismo de redução da desigualdade de rendimentos entre os professores da rede pública de ensino fundamental, pois tende a promover melhoras salariais mais significativas para os professores pior remunerados (os da rede municipal de ensino; os das regiões “norte+centro-oeste” e nordeste; e os dos pequenos municípios;).

Evidentemente, a promoção de aumentos dos salários dos professores não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas um meio de se conseguir uma melhoria da qualidade do ensino. Assim, em pesquisas futuras, seria interessante avaliar o impacto destes aumentos salariais sobre o desempenho escolar das crianças da rede pública do ensino fundamental.

## **Referencias Bibliográfica**

BARROS, R. P., MENDONÇA, R. e BLANCO, M. **O Mercado de Trabalho para Professores no Brasil.** Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Salvador-BA, 2001.

CASTRO, J. A. **O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF) e seu Impacto no Financiamento do Ensino Fundamental.** IPEA, Textos para Discussão nº 604, 1998.

FIPE. **Pesquisa de Avaliação de Mudanças Qualitativas no Ensino Fundamental Resultantes de Recursos Oriundos do Fundef São Paulo.** Mimeo, Dezembro, 2001.

Ministério da Educação. **Balanco do FUNDEF 1998-2000,** 2001.

## Apêndice

Tabela A1: Distribuição Regional dos Professores das Redes Pública e Privada de Ensino Fundamental – 1999

<b>Intra Regiões</b>	Professores de 1 a 4 Série			Professores de 5 a 8 Série		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
<b>Macro-Regiões</b>						
Norte	39,06%	48,02%	12,91%	19,70%	71,42%	8,88%
Nordeste	51,33%	27,46%	21,21%	31,74%	50,00%	18,26%
Sudeste	37,88%	42,00%	20,12%	21,74%	55,92%	22,34%
Sul	52,06%	31,30%	16,64%	25,01%	62,90%	12,09%
Centro-Oeste	31,69%	55,57%	12,74%	12,33%	76,21%	11,47%
Brasil	44,05%	37,02%	18,94%	23,79%	58,23%	17,98%
<b>Porte*</b>						
Metropolitanos	33,84%	35,85%	30,31%	25,04%	49,50%	25,46%
Auto-Representativos	36,98%	38,47%	24,55%	20,77%	55,31%	23,92%
Não Auto-Representativos	52,22%	36,88%	10,90%	24,70%	64,92%	10,38%
Brasil	44,05%	37,02%	18,94%	23,79%	58,23%	17,98%
<b>Entre Regiões</b>	Professores de 1 a 4 Série			Professores de 5 a 8 Série		
	Municipal	Estadual	Privada	Municipal	Estadual	Privada
<b>Macro-Regiões</b>						
Norte	7,59%	11,10%	5,83%	4,00%	5,92%	2,38%
Nordeste	40,53%	25,80%	38,94%	32,05%	20,63%	24,40%
Sudeste	31,95%	42,16%	39,47%	41,15%	43,25%	55,96%
Sul	15,06%	10,78%	11,20%	18,30%	18,80%	11,70%
Centro-Oeste	4,87%	10,17%	4,56%	4,51%	11,40%	5,56%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Porte*</b>						
Metropolitanos	18,67%	23,53%	38,89%	28,93%	23,36%	38,91%
Auto-Representativos	20,44%	25,30%	31,55%	22,27%	24,24%	33,95%
Não Auto-Representativos	60,89%	51,16%	29,55%	48,80%	52,40%	27,13%
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

\* Sobre a definição de porte utilizada nesta tabela, ver nota de rodapé no. 10.

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) – IBGE – 1999.

Tabela A2: Perfil dos Grupos Analisados: Professores do Ensino Fundamental das Redes Pública e Privada de Ensino, Empregados do Setor Privado e Funcionários Públicos – 1999

	Professor 1 a 4ª série			Professor 5 a 8ª série			Empr. Setor Privado	Func. Públ. Estadual	Func. Públ. Municipal
	Estadual	Municipal	Privada	Estadual	Municipal	Privada			
<b>Características Individuais</b>									
Homens	6.08%	6.08%	3.35%	17.19%	11.11%	21.94%	68.09%	53.19%	48.59%
Idade*	38 (9)	33 (9)	30 (9)	38 (9)	37 (9)	33 (9)	32 (11)	38 (11)	39 (12)
Escolaridade*	12.33 (2.02)	11.79 (1.94)	11.90 (2.35)	13.89 (1.91)	13.56 (2.27)	13.63 (2.10)	7.67 (3.91)	10.48 (4.06)	7.89 (4.67)
Tempo no emprego (mes)*	139 (94)	95 (82)	62 (68)	138 (94)	121 (86)	73 (70)	51 (65)	132 (98)	93 (84)

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) – IBGE – 1999.

Tabela A3: Impacto Financeiro do FUNDEF (1999) e Distribuição das Matrículas do Ensino Fundamental entre as Redes Públicas de Ensino (1998) - Macro-Regiões

Região	Governo Estadual				Diferença B - A	Governo Municipal				Diferença B - A	R\$ Milhões	
	Contribuição anual ao Fundef (A)	Receita Anual do Fundef				Contribuição anual ao Fundef (A)	Receita Anual do Fundef				Estadual (%)	Municipal (%)
		Principal	Compl. União	Total (B)			Principal	Compl. União	Total (B)			
<b>N</b>	820,6	639,2	46,2	685,4	(135,2)	290,1	471,5	70,3	541,8	251,7	48	52
<b>NE</b>	2045,0	1199,0	157,9	1356,9	(688,1)	1083,4	1929,3	305,6	2234,9	1151,5	62.4	37.6
<b>SE</b>	5032,7	4905,3	-	4905,3	(127,4)	2264,2	2391,6	-	2391,6	127,4	35.1	64.9
<b>S</b>	1455,9	1275,6	-	1275,6	(180,3)	806,3	986,7	-	986,7	180,4	43.8	56.2
<b>CO*</b>	568,1	482,8	-	482,8	(85,3)	235,5	320,9	-	320,9	85,3	33.4	66.6
<b>Brasil</b>	9922,3	8501,9	204,1	8706,0	(1216,3)	4679,5	6099,9	375,9	6475,8	1796,3	46.7	53.3

\* Excluído o Distrito Federal (não há redistribuição de recursos entre Governos).

Fonte: Os dados desta tabela foram retirados do estudo do MEC, 2001. Os quadros 4 e 13, contidos no apêndice deste estudo, serviram de base para a elaboração desta tabela síntese.